

Marcio Moreira Alves \*

**T**odos nós, povo brasileiro, estávamos sendo assaltados, antes de 15 de março, por um bandido de arma na mão. Este bandido era a dívida interna, manobrada pelos especuladores financeiros. Chegou o presidente Collor e obedeceu às instruções do seu professor de caratê, a ministra Zélia Cardoso de Mello. Deu um *ippon* e tomou a arma do bandido. Quer dizer, recolheu aos cofres do governo 93% do dinheiro que estava em circulação.

Ao derrubar a dívida interna e os seus sócios, o Plano derrubou também muita gente que nada tinha a ver com a história, gente que foi injustiçada e que pouco a pouco vai tentando recobrar uma parte do seu dinheiro. O fato, porém, é que um dos principais fatores do processo inflacionário, a dívida interna, ficou sob controle. O golpe foi tão rude que escureceu a visão da maior parte dos políticos, que passaram a ser capazes apenas de ver o problema interno. Há razões para isto: o *ippon* presidencial anda arriscando matar por asfixia a economia atingida. Apesar disto, é estranho que tanto o governo como a oposição não tenham até hoje mencionado com maior clareza e detalhe como pretendem que se resolva a outra face da inflação, que é a dívida externa.

O Sr. Leonel Brizola talvez tenha sido o único político importante a chamar a atenção para o problema externo. No programa do PDT, que estreou poucos dias após a publicação do Plano Collor, referiu-se uma vez mais ao que chama "perdas internacionais". Embora não tenha sabido definir do que se trata — se seriam as chamadas trocas desiguais denunciadas por Raul Prebisch há mais de 40 anos, ou a transferência anual de 5% do nosso PIB para os credores externos — pôs o dedo na ferida.

A Dra. Zélia Cardoso de Mello e

os membros da sua equipe encarregados de renegociar a dívida externa deverão viajar para Washington, proximamente, para iniciar um diálogo com o FMI. Têm a esperança de serem bem acolhidos. O FMI tem dito desde sempre aos países subdesenvolvidos que lhes abria a torneirinha do crédito, caso demonstrassem vontade política para reformar as suas máquinas governamentais, controlando o déficit público. Quando as receitas que lhes impingia não davam certo, o que ocorreu cerca de 70 vezes nos mais diferentes países do mundo, os técnicos do Fundo alegavam estar o erro não na receita, mas na falta de persistência e na vontade política para aplicá-la. Esta acusação não se pode fazer ao Plano Collor, ainda que a sua montagem não tenha seguido as clássicas recomendações do FMI. Em consequência, ficará difícil ao Fundo negar ao governo brasileiro o seu aval e os pequenos empréstimos com que costumam sinalizar para o mundo financeiro internacional a "seriedade" de uma administração segundo a ótica dos ricos do hemisfério Norte.

Caso a ministra Zélia tenha, como espera, sucesso nas suas negociações com o FMI, será a hora de apresentar a conta aos banqueiros privados. Esta conta deveria obedecer à lógica usada aqui dentro: cobrar um maior esforço financeiro aos que têm maior capacidade de pagar, que são, aliás, os que no passado mais lucraram com o processo falimentar gerado pelos economistas do regime militar e pelos seus continuadores no governo Sarney.

Algumas informações para recapitular. Desde 1971 até setembro de 1989, o Brasil pagou aos credores externos US\$ 122,77 bilhões. Apesar disto, continua a dever US\$ 109 bilhões, o que é surpreendente, tendo em vista que foram aplicados diretamente na economia brasileira menos de US\$ 50 bilhões.

Em razão deste fenômeno, provo-

cado principalmente pela decisão unilateral do governo dos Estados Unidos de jogar para as nuvens as taxas de juros a fim de solucionar problemas internos da sua economia, a nova Constituição da República resolveu tratar do assunto. No seu Artigo 26, estabeleceu que o Congresso deverá promover "um exame analítico e pericial dos atos e dos fatos geradores do endividamento externo". Para cumprir esta determinação, foi criada uma comissão mista. O *lobby* dos credores, instrumentalizando forças conservadoras, conseguiu esterilizar esta comissão, nomeando para presidí-la um desconhecido e inoperante deputado chamado Walneck Ornelas, do PFL da Bahia. Isto não quer dizer, no entanto, que um dispositivo constitucional possa ser esquecido ou desrespeitado. Qualquer acordo definitivo terá de passar pelo Congresso para obrigar realmente o governo do Brasil.

O Congresso, este ou o próximo, dificilmente aceitará que o governo trate melhor os credores externos do que vem tratando os internos. Isto quer dizer que, para ter o seu apoio, a Dra. Zélia terá de considerar o Plano Brady aplicado ao México e à Costa Rica como o seu piso mínimo de negociação. Para mostrar a determinação de fazê-lo, só tem um caminho: declarar unilateralmente desvalorizado o estoque total da dívida brasileira aos níveis da sua cotação atual no mercado secundário. Foi este o tamanho da redução da dívida da Costa Rica.

Somente fazendo isto poderá cumprir o reiterado compromisso do presidente Collor de destinar ao pagamento da dívida externa, no máximo, US\$ 5 bilhões por ano. Já que se fez isto no Brasil, com aplauso do FMI, do governo dos EUA e de muitos bancos, não há como estes mesmos interlocutores possam estrilar, quando a sua contribuição for cobrada.